

CLIPPING NOTÍCIAS

ANO 1, n. 7, dez./2008.

Crédito educativo deve ser ainda mais escasso em 2009

Beth Koike

Modalidade de financiamento escassa no Brasil, mas que vinha gerando interesse de bancos privados nos últimos dois anos, o crédito universitário tende a minguar mais ainda em 2009. "A tendência é que o crédito diminua porque os bancos vão ser mais exigentes para liberar financiamento, principalmente, no primeiro semestre, que ainda será um período de instabilidade", diz Fernando Braga, sócio da ValorMax, consultoria especializada em fusões e aquisições.

"Dar crédito a estudante não é a prioridade dos bancos. Com a crise, eles vão focar em outras operações", afirma Adelmo Inamura, sócio da Ideal Invest, empresa especializada em financiamento para o setor de educação. "Vamos ser beneficiados porque nosso foco é esse tipo de crédito", complementa Oliver Mizne, sócio da Ideal, que tem como investidores os fundos de investimento Gávea e Pragma, entre outros.

A Veris Educacional, dona das faculdades IBTA e Ibmec (com exceção da unidade paulistana), já refez suas projeções para essa modalidade de financiamento. Antes de 15 de setembro, quando foi deflagrada a crise no mercado financeiro americano com a quebra do banco Lehman Brothers, a Veris previa que dentro de cinco anos 20% de seus alunos teriam acesso ao crédito educativo. Agora, essa previsão caiu para entre 12% e 15%. "Hoje, na faculdade IBTA, 4% dos alunos se beneficiam do crédito universitário, o que representa 400 estudantes. Desse volume, pouco mais de 300 universitários têm o recurso por meio da Ideal Invest, 50 possuem financiamento da CEF e o restante do banco Santander", diz Américo Matiello, diretor de operações da Veris.

A maior parte do crédito estudantil é proveniente do FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior), o programa de crédito educativo da Caixa Econômica Federal (CEF). Nesse

segundo semestre, a Caixa emprestou R\$ 179,4 milhões para 61 mil alunos. No mesmo período de 2007, foram 48 mil estudantes. Desde sua criação, em 1999, a CEF já concedeu R\$ 5,3 bilhões.

Outra fonte de recursos para o crédito educativo tem partido da Ideal Invest. Criada em 2001 como uma empresa voltada para emprestar dinheiro para as faculdades se capitalizarem, a Ideal começou a oferecer crédito também para os alunos em setembro de 2006. Os executivos da Ideal não revelam quanto exatamente já emprestaram para os universitários. Contam que cerca de 27 mil alunos têm crédito aprovado, mas nem todos lançam mão dele. Nos dois últimos anos, a empresa repassou aos alunos e faculdades R\$ 236 milhões, mas a maior parte foi para as instituições de ensino. "Com a atual situação, o crédito educativo deverá ter uma participação maior nos próximos anos", diz Inamura.

Não é apenas a Ideal Invest que guarda a sete chaves seus números. Os bancos privados falam ainda menos. O Santander não informa quantos estudantes já foram beneficiados, nem tampouco o volume de crédito concedido. "No Brasil, começamos a atuar com crédito educativo para graduação nesse segundo semestre. Ainda é um projeto-piloto e por isso não temos uma verba definida", diz Mônica Ferreira, superintendente do Santander Universidades, que tem convênios com sete faculdades.

O Unibanco também é novato nessa área. Mas em um ano já fechou parceria com 20 instituições de ensino como a carioca Estácio de Sá, a mineira Kroton e a catarinense Unisul. "Esse é um projeto de longo prazo, de cerca de cinco anos, período em que os alunos terminam seus cursos", diz Marcos Magalhães, diretor de produtos de varejo do Unibanco.

Além do Santander e Unibanco, o Banco do Brasil também possui uma operação financeira que permite ao cliente pagar a faculdade. Não se trata de uma linha específica para universitários, mas uma operação de crédito que também pode ser usada para outros fins.

"O Bradesco, que já tem linhas para pós-graduação, e o ABN-Amro também tinham projetos adiantados de crédito educativos, mas desistiram por causa da atual crise", diz o diretor da Veris. "Há ainda no mercado o rumor de que o governo pode acabar com o FIES e ficar apenas com o ProUni, que dá um melhor retorno social", diz Matiello. Para ser contemplado com uma bolsa do ProUni, do governo federal, o estudante precisa ter tido boas notas no ensino médio público. A CEF informou, por meio da assessoria de imprensa, desconhecer a informação de que o FIES possa ser extinto.

O aperto no crédito educativo no Brasil acompanha o que já vem ocorrendo há meses nos EUA. Em julho, pelo menos 50 bancos suspenderam suas linhas de crédito para estudantes, segundo a

National Association of Student Financial Aid Administrators (NASFAA), que reúne instituições financeiras que tem crédito universitário.

Instituições buscam alternativas para conter evasão

Roberta Campassi

Ex-estudante de matemática, Renato Valêncio tem uma conta difícil para fechar. No começo do ano passado, ao entrar na faculdade, comprou uma moto para economizar tempo no trajeto entre sua residência em Cotia (SP); a Universidade de São Paulo (USP), onde trabalha como vigilante durante o dia, e o campus da Unip na Chácara Santo Antônio, onde estudava à noite. A vida estava difícil com a prestação de R\$ 270 da moto, R\$ 300 da mensalidade e um salário em torno de R\$ 900. Para completar a renda, virou entregador de pizzas no fim de semana. Mas, menos de um mês depois, a moto foi roubada e não tinha seguro. Resultado da equação: com uma dívida de R\$ 13 mil, Valêncio pagou só o primeiro mês da faculdade e acumulou R\$ 1,8 mil em mensalidades atrasadas. Tentou uma bolsa de estudos e não conseguiu. Ao fim do primeiro semestre, não houve múltipla escolha. Sua única opção foi abandonar o curso superior.

Davilym Dourado/Valor

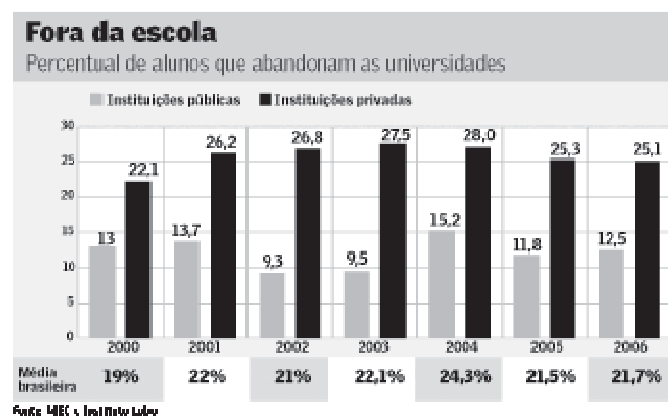


Renato Valêncio teve de abandonar a faculdade de matemática por dificuldades financeiras que surgiram durante o curso

Valêncio é um dos cerca de 800 mil estudantes que todos os anos deixam instituições públicas e privadas sem completar a graduação. Na média entre 2000 e 2006, esse contingente chega a 22% do total de alunos matriculados no ensino superior. Os dados do Ministério da Educação dos últimos anos mostram que a porcentagem de evasão não está em queda e oscila, para um pouco mais ou um pouco menos, sem apontar tendência clara (ver quadro). Em 2009, perspectivas negativas na economia e no emprego podem agravar o problema. Mas instituições de ensino privado, em que a evasão é maior, implantaram uma série de medidas para reduzir as perdas.

"Nos níveis atuais, a evasão é um enorme desperdício econômico e social", afirma Oscar Hipólito, professor titular da USP de São Carlos e pesquisador do Instituto Lobo para o Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia. Numa conta aproximada, ele calcula que cada aluno custa em média R\$ 10 mil por ano às instituições de ensino e, dessa forma, um total de R\$ 8 bilhões são desperdiçados ou deixam de ser investidos por causa da evasão. "E mesmo que os alunos custassem a metade disso: uma perda de R\$ 4 bilhões já é uma catástrofe."

O problema é maior nas instituições de ensino privado, que agregam 85% dos alunos. Nelas, a evasão chega a 25% ao ano, contra 15% nas instituições públicas, conforme as estatísticas do MEC mais recentes, de 2006.



Entre as entidades de educação privada, aquelas com fins lucrativos são ainda mais sensíveis à questão da evasão, pois o resultado final do balanço pode ser diretamente afetado. A Anhanguera, hoje a maior rede de ensino pago com 220 mil alunos (incluindo modalidade presencial, a distância e pós-graduação), faz uma conta para medir o quanto ganha se contiver a saída de estudantes. Sobre uma base de 100 mil alunos que pagam R\$ 400 por mês, conter a evasão de 1% deles evita uma perda de R\$ 4,8 milhões num ano. "Como a estrutura de custos é quase toda fixa e já leva em conta uma evasão, cada vez que se evita uma perda de alunos há

um ganho sobre a margem de lucro", diz José Augusto Teixeira, diretor de planejamento e relações com investidores da Anhanguera.

A grande questão que se coloca, portanto, é como conter a evasão. Para o professor Hipólito, as instituições de ensino devem fazer um levantamento profundo para mapear as causas que levam ao abandono do curso superior.

Swinda Salazar-Piquemal, diretora geral da Sungard Higher Education, empresa americana que desenvolve softwares e presta consultoria para instituições de ensino superior, afirma que há quase sempre duas causas que explicam a evasão. A primeira é bem visível na história do jovem Renato Valêncio: dificuldade financeira por parte do aluno, que deixa de pagar mensalidade, acumula dívida e então deixa a universidade ou é desligado por ela - no Brasil, as instituições de ensino podem rescindir o contrato com alunos inadimplentes ao fim de cada semestre.

A outra origem da evasão, segundo ela, é a falta de preparação para a vida universitária. "Em muitas sociedades latino-americanas, o ensino básico e o médio não preparam o estudante para o ritmo e responsabilidade da graduação", diz. Mas as instituições de ensino também têm uma grande parcela de responsabilidade. Por falta de gestão e informações organizadas, diz Swinda, muitas delas erram na escolha dos cursos oferecidos, têm pouco controle sobre seus custos e não conseguem detectar o problema dos estudantes - seja ele financeiro ou acadêmico - a tempo de resolvê-lo. "Tudo isso afeta a vida do aluno", diz Swinda.

As quatro instituições de ensino privado que deram entrevista ao Valor - Anhanguera, SEB, Unaerp e Veris - citaram a questão financeira como motivo principal de evasão. A segunda causa apontada é o desempenho acadêmico insuficiente dos estudantes.

Para resolver a inadimplência e evitar o desligamento do aluno, vale um pouco de tudo. A Unaerp, que tem campi nas cidades paulistas de Ribeirão Preto e Guarujá, criou uma "central de benefícios" coordenada por uma assistente social que acompanha a situação financeira do aluno e propõe soluções como descontos e créditos educacionais e até auxilia a busca por estágios.

A Veris, que reúne as faculdades IBTA e Ibmec, dá um "seguro-desemprego" para quem perde o trabalho mas tem bom desempenho acadêmico. Com esse benefício, o aluno pode estudar três meses de graça. "Num universo de 15 mil alunos, de 50 a 100 usam esse seguro por ano. Não é muito, mas o importante é que 100% deles permanecem no curso depois que o benefício acaba", conta Américo Matiello, diretor de operações da Veris. Outra preocupação da empresa é estimular o uso de crédito universitário, embora ele ainda seja bastante restrito e tenda a diminuir por causa da crise econômica.

A Anhanguera, por sua vez, oferece cursos de extensão em planejamento financeiro e busca promover um relacionamento próximo entre coordenador de curso e aluno. "O coordenador tem menos funções acadêmicas e é mais instruído para orientar os alunos", diz Teixeira. Cada coordenador fica responsável por cerca de 240 alunos e acompanha relatórios semanais da condição acadêmica e financeira de cada um. "Em muitos casos, ele funciona como um conselheiro que pega na mão do aluno e orienta sobre como ele pode organizar o orçamento pessoal."

Além dessas medidas, Anhanguera, Veris e SEB, de Ribeirão Preto, afirmam ser duras na cobrança das mensalidades. "Nos primeiros dias de atraso de pagamento, fazemos cobranças por e-mail e telefone. Depois de 90 dias, incluímos o nome do aluno nos serviços de proteção ao crédito", diz Matiello. Por outro lado, no caso da SEB, alunos que pagam com antecedência ganham descontos.

Do lado acadêmico, as soluções mais comuns são aulas de reforço - presenciais ou à distância. "Partimos do pressuposto que o aluno sai de um sistema deficiente de qualidade e implantamos diversas disciplinas 'remediais' e aulas adicionais que o aluno pode cursar", diz Teixeira, da Anhanguera, cujo foco são jovens de baixa renda, formados por escolas públicas.

Segundo o executivo, a empresa vê resultados pontuais nas taxas de evasão. Há dez anos, os cursos de administração formavam 55% dos alunos de uma turma. Hoje, forma 65%. Ele afirma que a preocupação com o assunto cresceu desde que a Anhanguera abriu o capital e passou a prestar contas aos investidores de bolsa. A empresa não divulga a taxa de evasão total.

A Veris, por sua vez, conta que tem uma evasão entre 8% e 10% por semestre. Segundo Matiello, não há perspectiva de queda significativa do número a não ser que o crédito estudantil aumente.

REFERÊNCIA:

KOIKE, Beth. Crédito educativo deve ser ainda mais escasso em 2009. **Valor Econômico**. São Paulo. 05 dez. 2008. Empresa & Tecnologias. B1.

CAMPASSI, Roberta. Instituições buscam alternativas para conter evasão. **Valor Econômico**. São Paulo. 05 dez. 2008. Empresa &n Tecnologias. B4.